

LITERATURA, POLÍTICA E AMOR EM *ÚLTIMO CADERNO DE LANZAROTE (O DIÁRIO DO NOBEL)*¹

Manuel Frias Martins
Universidade de Lisboa

Resumo: Os diários de José Saramago têm no seu interior contributos relevantes para compreendermos não só o quotidiano do homem, mas também muitos dos fundamentos da atitude do escritor face ao mundo. Perdidos na memória digital durante quase vinte anos, os escritos incluídos no recentemente descoberto e publicado *Último caderno de Lanzarote* (2018), alguns deles ensaios completos, ajudam-nos, no entanto, a colocar algumas questões que, não sendo necessariamente novas no sentido de descobertas imprevistas, são mesmo assim questões importantes no que respeita ao cruzamento da literatura com a política e, arrisco agora dizer, à afirmação da espiritualidade do amor como via e modo nuclear de entendimento da vida e da expressão criativa.

Palavras-chave: José Saramago, Último Caderno de Lanzarote, espiritualidade, política, amor.

Abstract: Saramago's diaries offer relevant contributions to understand its author not only as a human being, but also many of the foundations of his cosmovision. Lost in digital space for nearly twenty years, some of the writings included in the recently discovered and published *Last Diary of Lanzarote* (2018) represent complete essays. They help us to pose some questions that, although not necessarily new in the sense of unforeseen discoveries, are nonetheless important questions regarding the crossing of literature with politics and, I now venture to say, the affirmation of the spirituality of love as the central way of understanding both life and creative expression.

Keywords: José Saramago, Last Diary of Lanzarote, spirituality, politics, love.

¹ Uma primeira versão deste texto foi apresentada nas [III Jornadas Internacionais José Saramago da Universidade de Vigo - Saramago nos 20 Anos do Prémio Nobel: Literatura, Arte e Política](#) (3-5 de dezembro de 2018), tendo sido [gravada pela UVIGO TV](#).

A bibliografia passiva saramaguiana tem uma tal magnitude que de cada vez que escrevemos sobre este autor arriscamo-nos a abrir portas abertas já há muito tempo e por muita gente. Por isso, enquanto intérprete da obra saramaguiana, julgo que aquilo que hoje me surge com mais interesse é o diálogo com a memória do meu próprio cruzamento crítico com o escritor. Ele aconteceu sob a forma de ensaio com o título *A Espiritualidade Clandestina de José Saramago*. Esse cruzamento surge-me hoje como algo que tem necessidade de uma autorreflexão. É isso que irei fazer aqui segundo três horizontes: o da literatura, o da política e o do amor tal como eu os entendo a partir de o *Último Caderno de Lanzarote (O diário do Nobel)*, de 2018, um livro útil que as Parcas ou a Moiras do mundo digital decidiram guardar durante vários anos, mas que a mão feminina do amor resgatou e trouxe até nós.

O diário é uma forma muito heterogénea, mas no essencial ele é a representação da relação de alguém com o mundo em geral. Em muitos casos, o diário é uma construção que se quer manter estritamente privada enquanto ato de comunicação – algo que a expressão inicial “querido diário” ilustra bem enquanto entendimento do diário como lugar mais íntimo da memória. Mas quando se trata de um escritor, nunca o diário se pode considerar desprovido de um alcance criativo ou de uma intencionalidade de divulgação do material escrito. Neste caso a projeção da escrita é orientada menos por um impulso estritamente confessional e mais por um impulso crítico e reflexivo tendo em vista o uso público do próprio diário.

Todos os *Cadernos de Lanzarote* mantêm este traço de pertença a um momento de expressão reflexiva do escritor José Saramago, tendo em vista ainda e sempre o leitor comum dos seus romances. O *Último Caderno de Lanzarote* não foge a esta regra. Nesse sentido, este livro dá-nos um vislumbre do Diário como o rosto de um homem de nome José Saramago mas também, e ao mesmo tempo, a sua máscara enquanto escritor.

O interesse de o *Último Caderno de Lanzarote* não decorre do facto de incluir referências ao Prémio Nobel atribuído em 8 de outubro de 1998 – aliás, são muito escassos os comentários que Saramago aí faz a propósito do Nobel. É certo que, desse ponto de vista, a inclusão do seu discurso de 7 de dezembro na Academia Sueca dá este *Caderno* uma unidade particular. Mas esse discurso estava há muito disponível em publicações diversas e, por isso, o interesse deste *Caderno* não está necessariamente aí.

Tal como eu o entendo, o interesse deste *Caderno* situa-se em dois patamares de relevância. Por um lado, na complementaridade que estabelece com certas observações surgidas em outros livros de *recordações da vida*, como é o caso dos outros *Cadernos de Lanzarote* (1994-1998) e do livro *As Pequenas Memórias* (2006). Essa complementaridade pode sem

dúvida iluminar, sobretudo a partir de um ponto de vista genético, alguns dos romances e contribuir para o conhecimento da memória autobiográfica do romancista José Saramago.

Por outro lado, e num quadro hermenêutico mais íntimo, no que me diz respeito enquanto ensaísta este *Caderno*, trazendo à luz do dia posições saramaguianas desconhecidas em alguns aspetos, dialoga implicitamente com interpretações críticas surgidas entretanto. Uma delas foi por mim defendida em 2014 no livro *A Espiritualidade Clandestina de José Saramago*, o qual se centrou nos dois romances bíblicos, *O Evangelho Segundo Jesus Cristo* e *Caim*. A surpresa, e por vezes até desconfiança, que a minha interpretação desencadeou (e continua a desencadear) em alguns setores, convida um olhar sobre o *Último Caderno de Lanzarote* que permita encontrar neste livro uma espécie de pacificação crítica das minhas próprias posições interpretativas.

Começemos então pela literatura, citando uma passagem do *Caderno* que culmina uma reflexão em torno das famosas palavras que abrem o *D. Quixote* de Cervantes:

[...] Como poderemos nós, pergunto, ter a certeza de que as palavras que considerámos inúteis ou desnecessárias o irão ser sempre, supondo que o já seriam quando como tal as classificámos? Aquelas seis palavras que dizem “en un lugar de la Mancha” são, sem dúvida, das mais famosas que se escreveram desde que o mundo é mundo. Mas serão por isso mais indispensáveis do que “pique la tordilla y póngase a salvo”, como aconselha o Cavaleiro da Triste Figura ao Cavaleiro do Verde Gabão na página 524 da minha edição do *Quijote*? Quem nos diz que essas outras palavras de Cervantes, na aparência insignificantes, escritas sem mais preocupação que a de satisfazer a lógica conflitiva de um episódio menor, não estarão destinadas, um dia, a tornar-se divisa de prudentes num mundo de gente timorata? As palavras dizem sempre mais do que imaginamos, e se não parecem dizê-lo num momento determinado, é só porque a sua hora ainda não chegou. (*Último Caderno* 43)

Este excerto surge num longo e interessantíssimo ensaio acerca do escritor chileno José Danoso. Aliás, é muito singular esta inclinação para o ensaio, a qual foi em diversas ocasiões reconhecida pelo próprio romancista José Saramago, surgindo também neste *Caderno* em afirmações como esta:

Não escrevo livros para contar histórias, só. No fundo, provavelmente eu não seja um romancista. Sou um ensaísta, sou alguém que escreve ensaios com personagens. Creio que é assim: cada romance meu é o lugar de uma reflexão sobre determinado aspeto da vida que me preocupa. (*Último Caderno* 142)

Por isso, não é por acaso que os seus romances são invariavelmente registos complexos de ideias. Conforme já tive oportunidade de desenvolver no livro que aqui coloco em diálogo com o *Caderno* saramaguiano, aplica-se a Saramago a afirmação de Albert Camus de que “se queres ser filósofo, escreve romances” (cf. Martins, *A Espiritualidade Clandestina*

40ss). No entanto, o que verdadeiramente pretendo destacar nesta altura é a atitude de Saramago face à linguagem que encontramos no excerto em que Saramago falava de Cervantes.

“As palavras dizem sempre mais do que imaginamos”, afirma o escritor na passagem citada. Sem dúvida que esta afirmação de Saramago decorre da consciência que ele tem não só do potencial semântico de qualquer língua, mas sobretudo da riqueza do seu uso enquanto linguagem ou enquanto expressão do exercício imaginativo a que chamamos literatura. A questão é amplamente conhecida e dela falam, aliás, os registos teóricos da polissemia linguística e da indeterminação textual. Nada há a acrescentar nesse domínio. O que importa realçar, no entanto, é a sua consequência ao nível da interpretação crítica. Proclamar a superabundância de sentidos das palavras equivale em grande medida a aceitar a irrelevância da interpretação que o autor pode fazer da sua própria obra ou, pelo menos, a retirar-lhe o peso da autoridade autoral e mesmo a negar a possibilidade da interpretação correta.

Colocado deste modo, o entendimento pluralista que Saramago tem da linguagem sugere inevitavelmente um campo de realização literária, porque é dela que se trata, que vive sobretudo da dúvida, da incerteza, da oscilação de ideias, da figuração indefinida. Muitas coisas não são o que parecem ser neste universo criativo. No domínio que me interessa recordar, insinua-se, por exemplo, a presença da espiritualidade saramaguiana num contexto autoral assumida e declaradamente ateu. Tomemos como exemplo as cinco definições de Deus que o ateu confesso José Saramago foi desenhando ao longo do tempo.

Deus é o silêncio do universo e o homem o grito que dá sentido a esse silêncio.

Deus não precisa do homem para nada, exceto para ser Deus.

Cada homem que morre é uma morte de Deus. E quando o último homem morrer, Deus não ressuscitará.

Os homens, a Deus, perdoam-lhe tudo, e quanto menos o compreendem mais lhe perdoam.

Deus: um todo arrancado ao nada por quem é pouco mais que nada.

Estas cinco definições, distribuídas por diferentes livros, colocam no homem todo o potencial da existência de Deus. Mas colocam esse potencial no quadro de uma necessidade ambígua. É através de um brilhante exercício de linguagem que o escritor não nega nem afirma a existência de Deus. Sabemo-lo ateu, mas a partir do alcance e da

profundidade daquelas cinco definições de modo nenhum o reconhecemos como um ateu preguiçoso. Há um impulso que se prende àquelas definições enquanto resultado de uma busca de compreensão de Deus. Não assentando na fé nem na crença, esse impulso só pode ser de natureza espiritual. Nunca de uma espiritualidade religiosa, mas sim de uma *espiritualidade laica*. Uma espiritualidade fundada no deslumbramento perante a riqueza do mundo, da complexidade humana e de aspirações simbólicas tão fascinantemente atraentes quanto aquela que sustenta a ideia de Deus.

José Saramago é um ateu. Mas ao contrário de alguns filósofos que acreditam numa espiritualidade sem Deus, como é o caso de André Comte-Sponville (2006), por exemplo, ou até mesmo numa religião sem Deus, como acontece com Ronald Dworkin (2013), o escritor José Saramago tem necessidade de Deus. Só que se trata de um Deus literário, não de um Deus da religião. Trata-se de um Deus que vive no imaginário dos homens como criação e fundamento da inteligência humana. Algo que não existe, mas que está constantemente em diálogo com o homem que o criou e o tornou presente na natureza paradoxal da sua própria ausência.

Esta é uma dimensão importante da espiritualidade saramaguiana. Ela assenta num tipo de indagação, de dúvida e de busca que só a oscilação complexa da linguagem literária está em condições de representar e promover. Mas neste particular trata-se de espiritualidade, não de religiosidade – ao contrário do que afirmaram alguns dos comentadores de Saramago atentos aos desvelos bíblicos do escritor. Enfim, através do tipo de atenção pluralista da literatura que citei atrás, o escritor de *Último Caderno de Lanzarote* parece erguer a voz de confirmação do título *A Espiritualidade Clandestina de José Saramago* e com ele o entendimento que neste último livro se encontra da espiritualidade como sendo o estado poético do espírito.

A espiritualidade saramaguiana tem, no entanto, outros alcances para além do alcance literário que o *Último Caderno de Lanzarote* aprova ou confirma. Um deles tem a ver com o domínio da política. Partilho o entendimento singelo da política como o modo de governar um Estado ou uma coletividade e, implicitamente, a dinâmica diversificada de conquista e exercício do poder. Este *Caderno de Lanzarote* contém vários ensaios muito inteligentes em torno da questão política genericamente entendida deste modo. Um dos meus preferidos tem o título “Verdade e ilusão democrática”, e gravita em torno daquilo a que Saramago chama o “vazio instrumental” (*Último Caderno* 236) dos sistemas democráticos atuais.

Mas no quadro em que eu situo o cruzamento deste livro saramaguiano com o meu *A Espiritualidade Clandestina de José Saramago* interessa-me sobremaneira a seguinte afirmação que estava contida numa carta (talvez agora revelada) enviada a uma jornalista em 5 de Outubro de 1998: “Ser-se comunista ou ser-se socialista é, além de tudo o mais, e tanto como ou ainda mais importante que o resto, um estado de espírito. Neste sentido, foi Yeltsin alguma vez comunista? Foi-o alguma vez Estaline?” (196).

O comunismo e o socialismo como um estado de espírito. Esta é, sem dúvida, uma afirmação a reter, nomeadamente em virtude do modo como nela se concentra um entendimento da experiência humana e das suas envolvências culturais e literárias. A equação política dos romances de Saramago passa necessariamente por aqui. Mas ela não pode nem deve ser desligada de algo que em última instância lhe atribui uma dimensão espiritual, designadamente a espiritualidade que se associa àquilo que no livro *A Espiritualidade Clandestina* eu considero ser uma *ética da compaixão*, e que a descoberta recente do *Caderno* saramaguiano confirma em passagens tão lapidares quanto esta em que Saramago comenta a única personagem que vê no romance *Ensaio sobre a cegueira*: “Se a mulher do médico não cega é porque é capaz de compaixão” (186).

A compaixão é o nobre sentimento que as principais personagens saramaguianas devolvem ao leitor segundo modos de entendimento do ser humano onde o mal e o bem jogam o jogo eterno da culpa e da responsabilidade individual e coletiva. Os termos políticos desse jogo revelam, por um lado, um escritor desconfiado da benignidade das massas populares, tal como este *Caderno* revela num ensaio-comentário do pensamento de Bento Jesus Caraça, um famoso intelectual comunista: “todos sabemos que “a alma coletiva das massas”, que Bento Jesus Caraça queria ver despertar, nem sempre é boa conselheira” (85).

Por outro lado, é na equação da escolha moral do indivíduo que se perfila a atenção política que o escritor deve ter diante das dores do mundo e do sofrimento dos que nada têm no mundo para além desse mesmo sofrimento. Numa lembrança, que se encontra no *Último Caderno*, de um encontro de escritores em Valência (Espanha) Saramago proclama essa escolha nos termos daquilo a que chama insurreição moral:

Quanto melhor seria, escrevi então e repito-o agora, que nos resolvêssemos a proclamar a necessidade de uma insurreição moral (digo moral, não digo moralista) dos intelectuais e dos artistas, sem distinção de objetos ou épocas, sem hierarquização prévia, quer para condenar, quer para justificar, os crimes cometidos, todos sem exceção, e quem os cometeu ontem ou estiver cometendo agora. (*Último caderno* 81)

A dimensão política da escrita de Saramago decorre exatamente deste lugar de enunciação ética e moral onde a denúncia do mal se torna catalisador de estórias complexas,

mas sempre amparadas em patamares de memória dorida da humanidade. A magoada ironia de uma peça como *A Segunda Vida de Francisco de Assis* é dessa memória que retira muita da sua contundência. A pujança humanista e espiritual de *Memorial do Convento* é por aí que se justifica politicamente. O grito alegórico da loucura que grassa em *Ensaio sobre a cegueira* é nessa memória que fundamenta a ideia de que afinal, e à maneira de Dostoiévsky, todos somos culpados. E tantos outros romances de Saramago, designadamente os seus romances bíblicos que estabelecem o seu derradeiro alcance humanista e espiritual também exatamente pela urdidura dessa memória dorida em que a culpa e a responsabilidade são, afinal, de todos e de cada um.

Recordo um magnífico exemplo da memória dorida que tenho vindo a referir que se encontra no *Último Caderno de Lanzarote*, na entrada de 23 de janeiro que reporta um comentário sobre Vaticano, Santo Ofício, Galileu Galilei, Giordano Bruno e o brilhante (e perseguido) teólogo suíço nosso contemporâneo de nome Hans Küng. A sua extensão não recomendava a citação na altura da conferência. Mas algumas das virtudes da publicação passam exatamente pela disponibilidade de espaço, tempo e frescura de atenção para se apreciar devidamente palavras como estas:

Provavelmente, a verdadeira História da Igreja Católica será a única que nunca chegará a ser contada. O Vaticano acaba de abrir ao público (sob regulamentação estrita e mediante solicitação concreta) os arquivos referentes à Inquisição no período que vai de 1542 a 1902. Sabe-se já que desapareceram, graças aos estragos e acasos do tempo, aos insultos dos vermes e dos roedores, às múltiplas depredações da guerra e do saque, mas também à ação deliberada dos próprios guardiães do “tesouro”, muitas centenas de milhares de manuscritos sobre as torturas, as mutilações e as queimas de hereges impunemente cometidas pelo Santo Ofício. Não se encontra (é só um pequeno exemplo) o processo de Galileu Galilei, condenado por afirmar que a Terra gira em redor do Sol, nem tão-pouco se sabe onde para o processo de Giordano Bruno, queimado na fogueira por heresia. Em compensação, tivemos conhecimento de que a Bíblia chegou a estar incluída no *Índice dos Livros Proibidos*, e que, pelo “crime” nefando de não estarem escritos em latim, língua oficial da Igreja, foram queimados milhares de exemplares dela... Hans Küng, o perseguido teólogo suíço a quem nunca foi permitido ver a ficha que tem na Inquisição (está registada sob o número 399/57), diz que bem mais importante que esquadriñar papéis de séculos passados seria investigar os deste século. Ficaríamos a conhecer (outro exemplo), no caso de tais documentos não terem sido também destruídos, algumas verdades sobre o fundo inquietante dos comportamentos (tanto os silêncios como as cumplicidades) da Igreja Católica perante o fascismo e o nazismo. Ou mesmo sobre o franquismo e, já agora, uma vez que os portugueses também são filhos de Deus, sobre o salazarismo. (*Último Caderno* 38-39).

A dimensão política da escrita de Saramago tem, portanto, uma coerência interna muito própria. Ela decorre de um forte e profundo desígnio ético ou de uma *harmonia ética*

de onde a espiritualidade emerge com aquele potencial de coragem e lucidez que tanto nos atrai em obras como *Ensaio sobre a Cegueira*, *Ensaio sobre a Lucidez*, *Jangada de Pedra*, etc. Um desígnio ou uma harmonia de que é exemplo uma das respostas dadas a um jornalista italiano acerca do tempo em que vivemos: “Contra todas as aparências, a questão central do nosso tempo não é tanto a globalização da economia, mas a perda de um sentido ético da existência” (Saramago, *Último Caderno* 185).

Por isso, relacionar esta busca de harmonia ética com a espiritualidade através daquilo a que chamo (ou chamei) *ética da compaixão* faz para mim todo o sentido. Percorri essa via hermenêutica em *A Espiritualidade Clandestina de José Saramago*, mas neste *Último Caderno de Lanzarote* encontramos inúmeras confirmações seguras dessa via. Uma delas encontra-se na entrada de 24 de maio que transcreve um texto dedicado aos índios Chiapas do México intitulado “Chiapas, nome de dor e de esperança”. Refletindo acerca do *outro*, acerca da estranheza e da diferença que o particulariza e o desosssega como *outro*, a elevação humanista deste texto de Saramago é avassaladora:

Os índios de Chiapas não são os únicos humilhados e ofendidos deste mundo: em todas as partes e épocas, com independência de raça, de cor, de costumes, de cultura, de crença religiosa, o ser humano que nos gabamos de ser soube sempre humilhar e ofender aqueles a quem, com triste ironia, continua a chamar seus semelhantes. Inventámos o que não existe na natureza, a crueldade, a tortura, o desprezo. Por um uso perverso da razão viemos dividindo a humanidade em categorias irreduzíveis entre si, os ricos e os pobres, os senhores e os escravos, os poderosos e os débeis, os sábios e os ignorantes, e em cada uma dessas divisões fizemos divisões novas, de modo a podermos variar e multiplicar à vontade, incessantemente os motivos para o desprezo, para a humilhação e a ofensa. (103-104)

Esta é para mim a mais profunda dimensão política de José Saramago, a qual, por sua vez, lhe fundamenta o bem e a beleza que o orienta na vida e na escrita. Tal como já fiz antes, arrisco mesmo dizer que se trata de um autêntico *princípio de amor* que, estando ao alcance do homem, permite a este assumir, assim ele o queira, a sua verdadeira responsabilidade diante do sofrimento dos outros. Uma responsabilidade que não se desliga, e muito menos contraria, um entendimento do amor como o *encontro com a solidão e desespero do outro* seguido do respetivo resgate. Refletindo acerca do romance *Todos os Nomes*, Saramago chega a esta conclusão esclarecedora:

Não é um livro triste, é um livro que olha a direito o absurdo da existência (é certo que não é Kafka quem quer...) e a solidão do ser humano que procura no amor (na solidão do outro) o remédio para ela. Blimunda e Baltasar não precisaram de procurar, foi o amor que os encontrou, mas a

vida está cheia de pessoas que buscam desesperadamente (ou, pior ainda, sem saberem que estão desesperadas) e não encontram. Para dizer estas coisas elementares precisava-se talvez de uma pessoa como eu, que precisamente tinha andado à procura do amor e a quem o amor acabou por encontrar quando já a esperança estava perdida (*Último Caderno* 180).

Da mesma maneira, o humanismo convocado no princípio de amor que eu refiro não é o de um qualquer património moral do passado onde só o bem existiria (ou teria direito a existir) e que competiria ao presente replicar. Tal como eu o entendo, o princípio de amor saramaguiano é o que traça, com os dados do nosso tempo, os horizontes da *dignidade* e da *compaixão* no quadro de uma *moral aberta*, isto é, independentemente da origem, da cor da pele, da crença, da cultura e da orientação sexual dos homens e das mulheres envolvidos.

Finalmente, o apurado *sentido de justiça* que politizou o homem e o escritor José Saramago é também por aqui que se equaciona e justifica, sendo a *espiritualidade* o enquadramento estratégico mais amplo por que ele se dá literariamente a ver. Portanto, literatura, política e amor no interior de uma espiritualidade clandestina que este *Último Caderno de Lanzarote* confirma para júbilo dos que hoje encontram nos romances e nas peças de teatro de Saramago um legado que vale a pena propor ao futuro.

Bibliografia

- Comte-Sponville, André. *L'esprit de l'athéisme: introduction à une spiritualité sans Dieu*. Paris: Albin Michel, 2006.
- Dworkin, Ronald. *Religion Without God*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 2013.
- Martins, Manuel Frias. *A Espiritualidade Clandestina de José Saramago*. Lisboa: Fundação José Saramago, 2014.
- Saramago, José. *In Nomine Dei*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993.
- Saramago, José. *Último Caderno de Lanzarote*. Porto: Porto Editora, 2018.

Manuel Frias Martins é doutorado em Teoria da Literatura, professor aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador integrado do seu Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (CLEPUL). Entre outros cargos, foi Presidente do Conselho Pedagógico da FLUL e diretor do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Comunicação até à data da sua aposentação em março de 2016. É crítico literário com inúmeras colaborações em jornais, revistas e programas radiofónicos, sendo atualmente Presidente da Associação Portuguesa dos Críticos Literários. Lecionou cursos de curta

duração e proferiu palestras e conferências a convite de instituições académicas da Europa e dos EUA. Para além de ensaios dispersos por atas de congressos e volumes coletivos, é autor dos seguintes livros: *Sombras e Transparências da Literatura* (Imprensa Nacional, Lisboa, 1983), *Herberto Helder. Um Silêncio de Bronze* (1983; 2ª edição revista e aumentada, Nova Vega, 2018), *10 Anos de Poesia em Portugal: 1974-1984 — Leitura de Uma Década* (Editorial Caminho, Lisboa, 1986), *Matéria Negra. Uma Teoria da Literatura e da Crítica Literária* (Edições Cosmos, Lisboa, 1993, 2ª ed. 1995), *As Trevas Inocentes* (Arion, Lisboa, 2001), *Em Teoria (A Literatura) / In Theory (Literature)* (Ambar, Porto, 2003), *A Espiritualidade Clandestina de José Saramago* (Fundação José Saramago, Lisboa, 2014). Traduziu e prefaciou várias obras, destacando-se os poemas longos *L'Allegro* e *Il Penseroso*, de John Milton (Editorial Inquérito, Lisboa, 1987), e *O Cânone Ocidental*, de Harold Bloom (Círculo de Leitores/ Temas e Debates, Lisboa, 1997). Em 1994 recebeu o Prémio Pen Clube de Ensaio pelo seu livro *Matéria Negra*. Em 2015 recebeu o Grande Prémio de Ensaio Eduardo Prado Coelho atribuído pela Associação Portuguesa de Escritores ao seu livro *A Espiritualidade Clandestina de José Saramago*. Não escreve poesia nem romances, mas considera que o ensaio é um género literário.

Correio eletrónico: emteoria@gmail.com